



25 JUN 13 903428

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA
ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, DA PRIMEIRA EMISSÃO DA GUARACIABA TRANSMISSORA DE
ENERGIA (TP SUL) S.A.**

428
27 JUN 2013*celebrado entre*

GUARACIABA TRANSMISSORA DE ENERGIA (TP SUL) S.A.
como Companhia

e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas

e

**STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A. e
COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.**
como Garantidoras

Datado de
12 de junho de 2013



Custas R\$
Total 849,71



903428-5ºRTD
Jm 012 92-Fel 123 37-810 8.24-Aim 10.85-Ac 0.21-Funper 30.04-Funper
2013 em 24.03-Registrado, microfilmado e digitalizado em 25/08/13

25 JUN 13 903428

3º SRTD

374675

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, DA PRIMEIRA EMISSÃO DA GUARACIABA TRANSMISSORA DE ENERGIA (TP SUL) S.A.

27 JUN 2013

São partes neste "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, da Primeira Emissão da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A." ("**Escritura**" ou "**Escritura de Emissão**"):

- I. como Companhia e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("**Debêntures**"):

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Câmara, nº 160, 7º andar, sala 702, Centro, CEP 20020-080, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.286.437/0001-00, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("**Companhia**");

- II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("**Debenturistas**"):

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº. 4.200, Bloco 4, sala 514 – Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 17.343.682/0001-38, neste ato representado na forma de seu estatuto social ("**Agente Fiduciário**"); e

- III. como garantidoras:

State Grid Brazil Holding S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Vargas, nº 955, 16º andar, sala 1601, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.938.558/0001-39, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("**State Grid**"); e

25 JUN 13 903428

3º SRTD

374675

Copel Geração e Transmissão S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua José Izidoro Biazetto, nº 158, bloco A, Bairro Mossunguê, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.370.282/0001-70, neste ato representado nos termos de seu estatuto social ("**Copel GeT**" e, em conjunto com State Grid, "**Garantidoras**");

27 JUN 2013

que resolvem celebrar esta Escritura de Emissão de acordo com os seguintes termos e condições:

1. AUTORIZAÇÃO

1.1 A emissão das Debêntures, a oferta pública de distribuição das Debêntures com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("**Instrução CVM 476**") ("**Oferta**") e a presente Escritura de Emissão, serão realizadas com base nas seguintes autorizações:

(i) assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 10 de junho de 2013 ("**AGE da Emissora**"), na qual foram deliberadas, dentre outros temas, as condições da Emissão (conforme definido abaixo), bem como as garantias constituídas em favor dos Debenturistas, conforme disposto no parágrafo 1º, artigo 59 da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**");

(ii) assembleia geral extraordinária da State Grid ("**AGE da State Grid**"), realizada em 27 de março de 2013, que aprovou a concessão da outorga da Fiança State Grid (conforme definido abaixo) em favor dos Debenturistas; e

(iii) assembleias gerais extraordinárias da Copel GeT ("**AGE da Copel GeT**"), realizadas em 02 de abril de 2013 e 11 de junho de 2013, que aprovaram a outorga da Fiança Copel GeT (conforme definido abaixo) em favor dos Debenturistas, de acordo com recomendação da diretoria da Copel nos termos da ata da reunião realizada em 02 de abril de 2013.

2. REQUISITOS

2.1 A primeira emissão pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única da

25 JUN 13 903428

3º SRTD
374675

Companhia ("**Emissão**"), e a Oferta serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

RIO DE JANEIRO-CAPITAL-RJ

27 JUN 2013

- i. arquivamento e publicação da ata AGE da Emissora. A AGE da Emissora será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("**JUCERJA**") e será publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro ("**DOERJ**") e no jornal "*Diário Mercantil*" ("**Jornais de Publicação da Companhia**"), nos termos do artigo 62, inciso I e do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações;
- ii. arquivamento e publicação da ata AGE da State Grid. A ata da AGE da State Grid que deliberou a constituição da garantia prestada pela State Grid no âmbito da Emissão, arquivada perante a JUCERJA no dia 04/06/2013, e será publicada no DOERJ ("**Jornal de Publicação da State Grid**");
- iii. arquivamento e publicação da ata AGE da Copel GeT. A ata da AGE da Copel GeT que deliberou a constituição da garantia prestada pela Copel GeT no âmbito da Emissão, será arquivada na Junta Comercial do Paraná e será publicada Diário Oficial de Curitiba ("**Jornal de Publicação da Copel GeT**") e, em conjunto com Jornal de Publicação da State Grid e Jornais de Publicação da Companhia "**Jornais de Publicação**";
- iv. inscrição desta Escritura de Emissão. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCERJA, nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, bem como serão registrados no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná;
- v. registro para distribuição e negociação. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e, sujeito ao disposto na Cláusula 5.4 abaixo, negociação no mercado secundário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("**MDA**") e do Módulo CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários ("**CETIP 21**"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("**CETIP**"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;



- vi. dispensa de registro na CVM. A Oferta está automaticamente dispensada de registro na CVM, na forma do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação; e
- vii. dispensa de registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"). Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", a Oferta está automaticamente dispensada de registro perante a ANBIMA, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação ("**Oferta Restrita**").

2.2 A Companhia e as Garantidoras encaminharão ao Agente Fiduciário cópia das atas das respectivas atas de assembleia geral que deliberaram a Emissão e a constituição das Garantias (conforme abaixo definido) devidamente arquivada na JUCERJA, bem como das referidas publicações, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir das datas de arquivamento e publicações, respectivamente.

3. OBJETO SOCIAL DA COMPANHIA

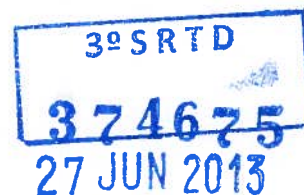
- 3.1 O objeto social da Companhia compreende a implantação, operação comercial e exploração do negócio energia elétrica, mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do Sistema Interligado Nacional.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 Os recursos provenientes da Oferta serão destinados para investimentos na própria Companhia, por meio da compra de equipamentos e na construção das seguintes instalações e transmissão: (i) Linha de transmissão Ribeirãozinho – Rio Verde Norte, 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 250km, com origem na subestação Ribeirãozinho e término na estação Rio Verde Norte; (ii) Linha de transmissão Rio Verde Norte – Marimbondo II, 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 350km, com origem na subestação Rio Verde Norte e término na estação Marimbondo II e (iii) Subestações Ribeirãozinho, Rio Verde Norte e Marimbondo II, todas em 500 kV, com equipamentos de compensação reativa e respectivas conexões, entradas de linha, interligações de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais



25 JUN 13 903428



instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio ("**Projetos da Companhia**").

5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

5.1 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de subscrição, nos termos do "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Primeira Emissão da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A." ("**Contrato de Distribuição**"), com intermediação da HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e do Banco Santander (Brasil) S.A. ("**Coordenadores**"), instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, tendo como público alvo investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 ("**Investidores Qualificados**").

5.2 *Forma de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas por meio do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP.

5.3 *Forma e Preço de Integralização.* As Debêntures serão subscritas e integralizadas a qualquer tempo ("**Data de Integralização**"), em moeda corrente nacional, a partir da data de início de distribuição e em conformidade com o item 5.1 acima, de acordo com os procedimentos de liquidação aplicáveis da CETIP, sendo que as Debêntures serão integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário (conforme definido na Cláusula 6.4 abaixo), acrescido da Remuneração das Debêntures (conforme abaixo definido), calculada de forma exponencial *pro rata temporis* desde a Data da Emissão (conforme definido na Cláusula 6.10 abaixo) até a Data da Integralização.

5.4 *Negociação.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP 21, administrado e operacionalizado pela CETIP. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados e depois de decorridos 90 (noventa) dias da data da respectiva subscrição ou aquisição, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e do



25 JUN 13 903428

REGISTRADO E MICROFILMADO

RIO DE JANEIRO - CAPITAL

3º SRTD

374675

27 JUN 2013

cumprimento, pela Companhia, do artigo 17 da Instrução CVM 476 e demais normativos aplicáveis.

6. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

- 6.1 *Número da Emissão.* As Debêntures representam a primeira emissão de debêntures da Companhia.
- 6.2 *Valor Total da Emissão.* O valor total da emissão é de até R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), na Data de Emissão.
- 6.3 *Quantidade.* Serão emitidas até 400 (quatrocentas) Debêntures.
- 6.4 *Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão ("**Valor Nominal Unitário**").
- 6.5 *Séries.* A emissão será realizada em série única.
- 6.6 *Forma.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário (conforme definido na Cláusula 6.7 abaixo), e, adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido, por esta, extrato em nome do Debenturista que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.
- 6.7 *Banco Liquidante e Escriturador Mandatário.* O banco liquidante e escriturador mandatário das Debêntures será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/n.º, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, CEP 06029-900, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("**Banco Liquidante**" e "**Escriturador Mandatário**").
- 6.8 *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações da Companhia.



25 JUN 13 903428



27 JUN 2013

REGISTRADO E MICROFILMADO

- 6.9 *Espécie.* As Debêntures serão de espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, não conferindo, portanto, qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, nem especificando bens para garantir eventual execução.
- 6.10 *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 20 de junho de 2013 ("**Data de Emissão**").
- 6.11 *Prazo e Data de Vencimento.* Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 18 (dezoito) meses, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 20 de dezembro de 2014 ("**Data de Vencimento**").
- 6.12 *Pagamento do Valor Nominal Unitário.* O Valor Nominal Unitário das Debêntures, devidamente acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo), deverá ser integralmente pago na Data de Vencimento ou na data da liquidação antecipada resultante de um Evento de Vencimento Antecipado (conforme definido abaixo) ou de Resgate Antecipado Obrigatório (conforme definido abaixo).
- 6.13 *Vencimento Antecipado.* Observados os termos desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, na qualidade de representantes dos titular das Debêntures poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Companhia do Valor Nominal Unitário das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, observados os procedimentos descritos nos itens 6.14 a 6.19 abaixo, na ocorrência de qualquer dos seguintes eventos (cada um "**Evento de Vencimento Antecipado**"):
- a) inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer das Garantidoras, de qualquer obrigação pecuniária decorrente das Debêntures;
 - b) inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária decorrente das Debêntures, desde que não seja devidamente sanado no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do respectivo inadimplemento;



25 JUN 13 903428



REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO-CAPITAL-RJ

27 JUN 2013

- c) transferência, cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Companhia e/ou qualquer das Garantidoras a terceiros, de qualquer direito ou obrigação da Companhia e/ou de qualquer das Garantidoras, que tenham sido originados nos documentos relativos às Debêntures, sem a prévia anuência, por escrito, da totalidade dos Debenturistas;
- d) anulação, nulidade ou inexecutabilidade quanto à emissão das Debêntures, bem como caso a Emissão e/ou os respectivos documentos da Oferta tornarem-se inválidos ou ineficazes;
- e) (i) decretação de falência da Companhia e/ou de qualquer das Garantidoras; (ii) pedido de autofalência pela Companhia e/ou por qualquer das Garantidoras; (iii) pedido de falência da Companhia e/ou de qualquer das Garantidoras formulado por terceiros não elidido no prazo legal; (iv) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia e/ou de qualquer das Garantidoras, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (v) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia e/ou de qualquer das Garantidoras;
- f) redução do capital social da Companhia, recompra de ações, associação ou qualquer outra operação com efeito similar envolvendo a Companhia, sem a anuência dos Debenturistas;
- g) qualquer reorganização societária envolvendo a Companhia, incluindo fusão, cisão ou incorporação (bem como incorporação de ações), salvo se (i) tal reorganização societária seja realizada apenas envolvendo sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico da Companhia, assim entendido como as sociedades controladas, controladoras e sob controle comum da Companhia, tudo conforme definições da Lei das Sociedades por Ações ("Grupo Econômico"), sendo certo que, em qualquer caso, desde que sem alteração no controle direto ou indireto da Companhia, conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações e/ou (ii) for obtida a prévia anuência dos Debenturistas;
- h) alteração e/ou transferência do controle acionário da Companhia, salvo se (i) os novos controladores forem sociedades do mesmo Grupo



25 JUN 13 903428

REGISTRADO E MICROFILMADO

3º SRTD

374675
27 JUN 2013

Econômico das Garantidoras ou, (ii) se, houver autorização prévia dos Debenturistas;

- i) descumprimento de qualquer decisão administrativa de entidade regulatória que possa impactar de maneira significativa as condições econômicas, financeiras e/ou operacionais da Companhia e/ou de qualquer das Garantidoras;
- j) concessão pela Companhia de mútuos, empréstimos ou adiantamentos, bem como avais, fianças ou outras garantias para terceiros, inclusive a empresas de seu Grupo Econômico e/ou das Garantidoras;
- k) perda definitiva da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, prestado mediante a construção operação e manutenção de instalações de transmissão localizadas no Estado do Mato Grosso, objeto do Contrato de Concessão nº013/2012 – ANEEL;
- l) inadimplemento ou vencimento antecipado de qualquer dívida bancária e/ou de mercado de capitais da Companhia, das Garantidoras e/ou de suas respectivas controladas, que não seja sanado no prazo estabelecido nos respectivos contratos;
- m) inadimplemento ou vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação financeira (que não seja dívida bancária ou de mercado de capitais) da Companhia, de qualquer das Garantidoras e/ou de suas respectivas controladas cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, que não seja sanado no prazo estabelecido nos respectivos contratos;
- n) protestos de títulos contra a Companhia e/ou contra qualquer das Garantidoras cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo legal, seja validamente comprovado pela Companhia e/ou por qualquer das Garantidoras que: (i) tenha sido obtida decisão judicial para a anulação ou sustação de seus efeitos; (ii) o protesto foi cancelado no prazo legal; (iii) o valor do(s) título(s)



25 JUN 13 903428

27 JUN 2013

protestado(s) foi depositado em juízo; ou (iv) o montante protestado foi devidamente quitado pela Emissora e/ou por qualquer das Garantidoras no prazo legal;

- o) descumprimento, pela Companhia e/ou por qualquer das Garantidoras, de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado ou de qualquer decisão ou sentença arbitral não sujeita a recurso contra a Companhia e/ou qualquer das Garantidoras ou de qualquer decisão judicial, em todos os casos, que resulte em desembolso efetivo (inclusive por meio de depósito judicial) e que envolva o valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas;
- p) se for proferida sentença final desfavorável aos interesses da Companhia e/ou de qualquer das Garantidoras obrigando a pagar valor superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas;
- q) alteração no objeto social da Companhia conforme disposto em seu estatuto social vigente na Data de Emissão, que resulte ou possa resultar em desvios significativos à atividade principal desenvolvida pela Companhia e/ou por qualquer uma de suas controladas, exceto se previamente autorizado pelos Debenturistas;
- r) alienação e/ou oneração pela Companhia de quaisquer ativos, bens ou receitas, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, exceto mediante prévio consentimento dos Debenturistas;
- s) arresto, confisco, desapropriação, estatização sequestro ou penhora de bens ou receitas da Companhia e/ou de qualquer das Garantidoras, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data do fato, arresto, confisco, desapropriação, sequestro ou penhora seja cancelado ou suspenso;



25 JUN 13 903428



REGISTRADO E MICROFILMADO

27 JUN 2013

- t) comprovação de que quaisquer declarações prestadas pela Companhia e/ou por qualquer das Garantidoras em qualquer dos documentos relacionados à Emissão são falsas, incorretas ou enganosas; e
- u) pagamento pela Companhia de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de distribuição de recursos aos acionistas da Companhia, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; e
- v) descumprimento por parte da Emissora e/ou por qualquer das Garantidoras, durante a vigência das Debêntures, das leis, normas e regulamentos ambientais, que afetem ou possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir fiel e integralmente com suas obrigações previstas nesta Escritura, cuja exigibilidade não esteja sendo contestada pela Emissora e/ou por qualquer das Garantidoras na esfera judicial ou administrativa e exceto se tais leis, normas ou regulamentos estiverem com sua exigibilidade e/ou efeitos suspensos por decisão judicial ou administrativa dentro do prazo de 30 (trinta) Dias Úteis, contados da data do referido descumprimento pela Emissora e/ou por qualquer das Garantidoras.

6.14 A Companhia obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de qualquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar em até 1 (um) Dia Útil o Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas.

6.15 A ocorrência de qualquer dos eventos indicados nas alíneas "a", "b", "c", "e", "f", "g", "h", "k", "l", "m", "u", e "v" do item 6.13 acima, deverá ser informada pela Companhia aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário na mesma data de sua ocorrência. Adicionalmente, os Debenturistas, tomando ciência de qualquer dos eventos indicados nas alíneas "a", "b", "c", "e" e "f", do item 6.13 acima, deverão comunicar, por meio do Agente Fiduciário, à Companhia acerca do vencimento antecipado das Debêntures. Em todos os casos previstos neste item, após a comunicação feita pelos respectivos Debenturistas à Companhia, independentemente de qualquer outro aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, ocorrerá o vencimento antecipado automático imediato das Debêntures, devendo a Companhia efetuar o respectivo pagamento, na forma



25 JUN 13 903428

3º SRTD
874675

27 JUN 2013

REGISTRADO E MICROFILMADO

do item 6.13, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da respectiva comunicação feita pelos Debenturistas.

- 6.16 Ocorrendo qualquer dos demais Eventos de Vencimento Antecipado, desde que não aqueles previstos no item 6.15 acima, que deverão ser informados em até 1 (um) Dia Útil pela Companhia ao Agente Fiduciário, sendo que este deverá convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que constatar sua ocorrência ou for informado dela pela Companhia, assembleia geral de Debenturistas, a se realizar no prazo mínimo previsto em lei, a fim de deliberar sobre o eventual vencimento antecipado das Debêntures com base no respectivo Evento de Vencimento Antecipado.
- 6.17 A assembleia dos Debenturistas a que se refere o item anterior somente poderá determinar que o evento ocorrido não enseje um vencimento antecipado das Debêntures por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação. Em caso de não instalação, em segunda convocação, da assembleia geral de Debenturistas ou, ainda, em caso de instalação mas não aprovação por insuficiência de quórum de votação em segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar imediatamente o vencimento antecipado das Debêntures.
- 6.18 Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, a Companhia obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração (e, no caso de inadimplemento de obrigações pecuniárias, dos Encargos Moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão, em até 1 (um) Dia Útil contado da data de declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.
- 6.19 O Agente Fiduciário ou os Debenturistas poderão acompanhar, pessoalmente ou mediante contato telefônico, a ocorrência de fatos que ensejam o vencimento antecipado das Debêntures junto à Companhia, na Avenida Marechal Câmara, nº 160, 7º andar, sala 702, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ou pelo telefone (+55 21) 3506-9000; e ao Agente Fiduciário, na



25 JUN 13 903428



27 JUN 2013

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514 – Barra da Tijuca, na
Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ou pelo telefone (21) 3385-
4565.

6.20 *Remuneração.* A remuneração das Debêntures será a seguinte:

- I. *atualização monetária:* o Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado.
- II. *juros remuneratórios:* Sobre o Valor Nominal Unitários das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de um *spread* equivalente a 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, ("Sobretaxa", e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitários das Debêntures desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento, conforme definido abaixo, ou na data de pagamento em decorrência da declaração de vencimento antecipado, conforme acima ou no caso de Resgate Antecipado Obrigatório. Farão jus à Remuneração aqueles que forem Debenturistas ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração devida na data de pagamento de Remuneração, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;



25 JUN 13 903428



27 JUN 2013

REGISTRADO E MICROFILMADO

VNe = Valor Nominal Unitário de cada Debênture, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:

Fator DI = produtório das Taxas DI, com uso de percentual aplicado da Data de Emissão, inclusive, até a respectiva data de pagamento de Remuneração, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

Sendo que:

n = número total de Taxas DI consideradas na apuração do produtório, sendo "n" um número inteiro;

k = número de ordem dos fatores das Taxas DI, variando de 1 até n;

TDI_k = Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

DI_k = Taxa DI de ordem k divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;



25 JUN 13 903428

374675

27 JUN 2013

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

Sendo que:

spread = 0,6500; e

n = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão e a data atual, sendo "n" um número inteiro.

Observações:

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casa decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão $(Fator DI \times FatorSpread)$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

6.20.1 *Periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures.* A remuneração das Debêntures será paga integralmente na Data de Vencimento ou, conforme o caso, por ocasião do resgate antecipado por ocorrência de vencimento antecipado ou Resgate Antecipado Obrigatório (conforme abaixo definido), ou, ainda por outro motivo previsto nesta Escritura de Emissão.

25 JUN 13 903428

REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

27 JUN 2013

6.20.2 *Indisponibilidade Temporária da Taxa DI.* Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Companhia, não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada na apuração de TDIk a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 6.20.3 abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

6.20.3 *Indisponibilidade da Taxa DI.* Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso, convocar assembleia geral de Debenturistas para deliberar, em comum acordo com a Companhia e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração do Fator Juros quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista acima, a assembleia geral de Debenturistas não será realizada e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos aqui previstos, a última Taxa DI divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão. Caso, na assembleia geral de Debenturistas prevista acima, não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Companhia e Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação, a Companhia optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas,



25 JUN 13 903428

REGISTRADO E MICROFILMADO



27 JUN 2013

obrigando-se a Companhia a comunicar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da realização da respectiva assembleia geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- I. a Companhia deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 90 (noventa) dias contados da data da realização da respectiva assembleia geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo resgate, caso em que a Taxa DI a ser utilizada para a apuração de TDIK no cálculo da Remuneração será a última Taxa DI disponível; ou
- II. a Companhia deverá amortizar extraordinariamente as Debêntures em Circulação, em cronograma a ser estipulado pela Companhia, sendo certo que após o pagamento da última parcela a Companhia deliberará acerca do cancelamento da Emissão. O cronograma deverá ser comunicado previamente à CETIP, com no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de seu início, por meio de correspondência da Companhia com o "de acordo" do Agente Fiduciário, acompanhado dos documentos necessários. O cronograma não excederá a respectiva Data de Vencimento, observado que durante o cronograma de amortização extraordinária estipulado pela Companhia até a integral quitação das Debêntures em Circulação, as Debêntures em Circulação farão jus à remuneração definida pelos Debenturistas e apresentada à Companhia na assembleia geral de Debenturistas prevista acima.



6.21 *Repactuação Programada.* Não haverá repactuação programada.

6.22 *Resgate Antecipado Obrigatório.* No caso de eventuais operações de financiamento de longo prazo dos Projetos da Companhia, tais como, a liberação dos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("**BNDÉS**"), emissão de debêntures via mercado de capitais (em operações com esforços restritos ou não) ou qualquer outra forma de captação de dívida, a Companhia deverá utilizar a integralidade dos recursos assim captados para efetuar o resgate antecipado, integral ou parcial das Debêntures.



25 JUN 13 903428

REGISTRADO E MICROFILMADO

27 JUN 2013

em decorrência do valor captado por meio da linha de longo prazo ser ou não suficiente para o resgate da integralidade do saldo devedor das Debêntures, conforme o caso, sem a incidência de qualquer prêmio de resgate antecipado ("**Resgate Antecipado Obrigatório**"), mediante comunicação escrita aos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ("**Comunicação de Resgate**"). O valor de resgate devido pela Companhia será equivalente ao Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento e demais encargos devidos e não pagos até a data do efetivo resgate antecipado. Na Comunicação de Resgate deverá constar (i) a data do Resgate Antecipado Obrigatório, (ii) o valor de Resgate Antecipado Obrigatório calculado nos termos do item 6.20 acima; e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Obrigatório.

6.22.1 Para as Debêntures custodiadas na CETIP, o resgate antecipado integral ou parcial deverá ocorrer em conformidade com os procedimentos operacionais da CETIP, sendo que as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

6.22.2 A CETIP deverá ser comunicada da realização do Resgate Antecipado Obrigatório com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência, por meio do envio de correspondência informando a realização do Resgate Antecipado Obrigatório pela Companhia e com o de acordo do Agente Fiduciário.

6.22.3 Não haverá resgate antecipado facultativo pela Companhia.

6.23 *Aquisição Facultativa.* A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação por preço não superior ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário, conforme o caso acrescido da Remuneração, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e



25 JUN 13 903428



27 JUN 2013

REGISTRADO E MICROFILMADO

quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

- 6.24 *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) multa moratória não compensatória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento ("**Encargos Moratórios**").
- 6.25 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.
- 6.26 *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Companhia, por meio da CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP, ou, ainda, por meio do Banco Liquidante para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP.
- 6.27 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo. Para os fins desta Escritura de Emissão e dos demais



25 JUN 13 903428

27 JUN 2013

REGISTRADO E MICROFILMADO

documentos da Oferta, "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional.

- 6.28 *Imunidade Tributária.* Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.
- 6.29 *Publicidade.* Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no DOERJ e no Jornal Diário Mercantil, sempre imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado. A Companhia poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande Circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.
- 6.30 *Garantia Fidejussória.* Nos termos da (i) AGE da State Grid; (ii) AGE da Copel GeT, as Garantidoras prestam, individualmente, sem solidariedade entre si, na proporção de (a) 51% (cinquenta e um por cento) e (b) 49% (quarenta e nove por cento) do valor das Debêntures pela State Grid e Copel GeT, respectivamente, fiança em favor dos Debenturistas, aqui representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se, solidariamente com a Companhia, como fiadoras e principais pagadoras de todos os valores devidos no âmbito da Emissão e da presente Escritura de Emissão, nos termos descritos a seguir ("**Fiança**"):
- (i) as Garantidoras declaram-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadoras e principais pagadoras, solidariamente responsáveis com a Companhia do Valor Total da Emissão na Data de Emissão, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias, principais ou acessórias previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo, sem limitação, aquelas devidas ao Agente Fiduciário ("**Valor Garantido**");
- (ii) para fins do disposto no caput e parágrafo único do artigo 829 do Código Civil, as obrigações das Garantidoras daqui decorrentes não são solidárias entre si,



h4



25 JUN 13 903428



REGISTRADO E MICROFILMADO

respondendo a State Grid pela proporção de 51% (cinquenta e um por cento) do Valor Garantido, e a Copel GeT pela proporção de 49% (quarenta e nove por cento) de referidos pagamentos;

- (iii) o Valor Garantido será pago pelas Garantidoras no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis, contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas às Garantidoras nesse sentido, mediante a qual será informado o inadimplemento por parte da Companhia, na respectiva data de pagamento, de qualquer valor devido pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, sem limitação os montantes devidos aos Debenturistas a título de Valor Nominal Unitário, Remuneração e/ou encargos de qualquer natureza ("**Notificação de Inadimplemento**"). A Notificação de Inadimplemento só poderá ser emitida pelo Agente Fiduciário ou pelos titulares de Debêntures (i) após a verificação do inadimplemento pela Companhia de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura de Emissão, respeitados eventuais períodos de cura e/ou (ii) quando da declaração do vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão;
- (iv) os pagamentos deverão ser realizados pelas Garantidoras de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão, fora do âmbito da CETIP;
- (v) as Garantidoras expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos Artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, todos do Código Civil e os Artigos 77 e 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("**Código de Processo Civil**");
- (vi) mediante a excussão da Fiança objeto desta Cláusula, as Garantidoras subrogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas. As Garantidoras desde já concordam e obrigam-se a somente exigir e/ou demandar a Companhia por qualquer valor honrado, conforme o caso, após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos, nos termos desta Escritura de Emissão;



25 JUN 13 903428



REGISTRADO E MICROFILMADO

27 JUN 2013

(vii) a Fiança objeto desta cláusula entrará em vigor na Data de Emissão, vigendo até o pagamento integral do Valor Garantido, quer seja pela Companhia ou pelas Garantidoras;

(viii) as Garantidoras desde já reconhecem como prazo determinado, para fins do Artigo 835 do Código Civil, a data de pagamento integral do Valor Garantido;

(ix) a Fiança foi devidamente consentida de boa fé pelas Garantidoras, nos termos das disposições legais aplicáveis;

(x) as Garantidoras obrigam-se, ainda, na proporção mencionada no item (ii) acima, ao pagamento de despesas judiciais consistentes em custas de processos, honorários de advogado de sucumbência e as demais cominações que venham a ser fixadas em juízo, na hipótese de serem os Debenturistas e/ou o Agente Fiduciário, compelidos a ingressar em juízo para demandar o cumprimento de qualquer obrigação assumida pela Companhia;

(xi) a Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação do Valor Garantido; e

(xii) o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas deverão encaminhar a Notificação de Inadimplemento via fac-símile por meio do nº (21) 3506-9030 informando tal inadimplemento para que realize o pagamento devido pela Companhia.

6.30.1. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância dos prazos para execução da Fiança constituída em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.



6.30.2. No exercício de seus direitos, nos termos desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas poderão executar a Fiança, sem que com isso prejudique qualquer direito ou possibilidade de exercê-lo no futuro, até a quitação integral do Valor Garantido.



6.30.3. A Fiança é outorgada em caráter irrevogável e irretratável pelas Garantidoras, vigendo até a integral liquidação do Valor Garantido, nos termos da presente Escritura de Emissão.



25 JUN 13 903428

REGISTRADO EM MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

27 JUN 2013

- 6.31 *Comunicações.* Todas as comunicações ou notificações realizadas nos termos desta Escritura de Emissão devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo. As comunicações e as notificações serão consideradas recebidas quando entregues, sob protocolo ou mediante "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços abaixo no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

para a Companhia:

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Avenida Marechal Câmara, nº 160, 7º andar, sala 702, Centro,
20020-080 Rio de Janeiro, RJ
At.: Ricardo Mendes Malta
Telefone: (21) 3506-9033
Fac-símile: (21) 3506-9000
Correio Eletrônico: Ricardo.Malta@TPLT.com.br

para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514 – Barra da Tijuca
22640-102, Rio de Janeiro – RJ
At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro (Jurídico e Estruturação) / Sr. Marco
Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro)
Telefone: (21) 3385-4565
Fac-símile: (21) 3385-4046
Correio Eletrônico: middle@pentagonotrustee.com.br /
backoffice@pentagonotrustee.com.br

para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar
01452-001 – São Paulo, SP



25 JUN 13 903428



REGISTRADO E MICROFILMADO
PROJETO SANEAMENTO - CAPITAL - RJ

27 JUN 2013

At.: Gerência de Valores Mobiliários
Telefone: (11) 3111-1596
Fac-símile: (11) 3111-1564
E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

para as Garantidoras:

State Grid Brazil Holding S.A.

Av. Presidente Vargas, nº 955, 16º andar, sala 1601, Centro
20071-004, Rio de Janeiro, RJ,

At.: Luiz Carlos Laurens Ortins de Bettencourt
Telefone: (21) 2173-7588
Fac-símile: (21) 2173-7591
Correio Eletrônico: Luiz.Bettencourt@stategridbr.com

COPEL Geração e Transmissão S.A.

Rua José Izidoro Biazetto, nº 158, bloco A, Bairro Mossunguê
Curitiba, PR

At.: Breno Pascualote Lemos
Telefone: (041) 3234-6601
Fac-símile:
Correio Eletrônico: breno.lemos@copel.com

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA COMPANHIA

7.1. A Companhia está adicionalmente obrigada a:

- I. fornecer ao Agente Fiduciário ou disponibilizar em sua página na rede mundial de computadores no prazo de até 1 (um) Dia Útil após o que ocorrer primeiro entre 90 (noventa) dias contados da data de término de cada exercício social ou a data da efetiva divulgação, (i) cópia das demonstrações financeiras consolidadas e completas da Companhia e auditadas por auditor independente registrado na CVM, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes; e (ii) de declaração assinada por representantes legais com poderes para tanto atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes desta Escrita de Emissão.



25 JUN 13 903428

REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO-CAPITAL-RJ



27 JUN 2013

II. fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data em que forem realizados, avisos aos Debenturistas;
- (b) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data de ciência ou recebimento, conforme o caso, (i) informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento ou (ii) envio de cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida pela Companhia relacionada às Debêntures e/ou a um Evento de Inadimplemento; e
- (c) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, resposta a eventuais dúvidas do Agente Fiduciário sobre qualquer informação que lhe venha a ser razoavelmente solicitada.

III. estruturar e manter um adequado e eficiente atendimento aos Debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das Debêntures, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e órgão destinados ao atendimento de seus acionistas ou contratar instituição financeira autorizada para prestar esse serviço;

IV. cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;

V. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Companhia e/ou pelas Controladas;

VI. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;



25 JUN 13 903428

27 JUN 2013

REGISTRO DE MICROFILMADO

- VII. contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário, e o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário;
- VIII. não realizar operações fora de seu objeto social ou em desacordo com o seu estatuto social;
- IX. manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil;
- X. utilizar os recursos líquidos obtidos com a Oferta estritamente nos termos da Cláusula 4.1. acima;
- XI. efetuar (a) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo, inciso I; e (b) desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo, inciso II;
- XII. observado o disposto na Cláusula 8.5, inciso XIV abaixo, a Companhia obriga-se desde já a enviar os atos societários, dados financeiros e organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório citado no referido inciso, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto na Cláusula 8.5, inciso XV abaixo;
- XIII. enviar para o sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data de seu recebimento, o relatório elaborado pelo Agente Fiduciário a que se refere a Cláusula 8.5 abaixo, inciso XIV;



25 JUN 13 903428

27 JUN 2013

- XIV. notificar, em até 5 (cinco) Dias Úteis o Agente Fiduciário da convocação, pela Companhia, de qualquer assembleia geral de Debenturistas;
- XV. observar e cumprir com o disposto no artigo 17 da Instrução CVM 476: (i) divulgar suas demonstrações financeiras consolidadas e completas, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página, na rede mundial de computadores, e manter tais documentos disponíveis na mesma página por um prazo de 3 (três) anos, (ii) observar as disposições da Instrução CVM nº 358 de 3 de janeiro de 2002, no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação, (iii) divulgar a ocorrência de fato relevante em sua página na rede mundial de computadores, comunicando imediatamente o Agente Fiduciário, (iv) fornecer prontamente todas e quaisquer informações solicitadas pela CVM, pela CETIP ou pelo Agente Fiduciário;
- XVI. observar e cumprir com o disposto no artigo 17 da Instrução CVM 476, uma vez que o Agente Fiduciário notifique a Companhia acerca da possibilidade da negociação das Debêntures no mercado secundário;
- XVII. comparecer às assembleias gerais de Debenturistas, sempre que solicitada
- XVIII. notificar, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis após a ocorrência do evento, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que cause a interrupção ou suspensão das atividades da Companhia e que resulte em um impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira;
- XIX. exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo ou que venham a ser questionados ou contestados pela Companhia na esfera judicial ou administrativa, ou que não resultem em impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira, efetuar o pagamento de todos os tributos que entenda devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;



Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

25 JUN 13 903428

REGISTRADO E MICROFILMADO



XX. adotar as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com as Emissões. Obrigam-se, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor, inclusive atendendo aos Princípios do Equador; e

XXI. manter, conservar e preservar todos os seus bens necessários para a devida condução de suas atividades.

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Companhia nomeia e constitui agente fiduciário da emissão objeto desta Escritura de Emissão o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina nessa qualidade e, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Companhia, declarando que:

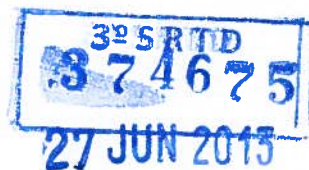
- I. aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- II. conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todos os seus termos e condições;
- III. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- IV. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;



[Handwritten signature]



25 JUN 13 903428



REGISTRADO E MICROFILMADO

- V. esta Escritura de Emissão constitui obrigação válida e eficaz do Agente Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos;
- VI. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- VII. é uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- VIII. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- IX. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- X. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- XI. não tem qualquer ligação com a Companhia que o impeça de exercer suas funções; e
- XII. assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas de eventuais emissões de debêntures realizadas pela Companhia, sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia, em que venha atuar na qualidade de agente fiduciário.



- 8.2 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Companhia nos termos desta Escritura de Emissão inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Companhia nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição.



25 JUN 13 903428



27 JUN 2013

REGISTRADO E MICROFILMADO

8.3 Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:

- I. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição;
- III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Companhia e aprovada pela assembleia geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;
- IV. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembleia geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Companhia, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Companhia efetuar-lá, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;
- V. a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos nos artigos 8º e 9º da Instrução CVM 28; e (b) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, no caso de ser realizada em caráter permanente;



25 JUN 13 903428

REGISTRADO E MICROFILMADO



- VI. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
- VII. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Companhia não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima; ou (b) a assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima não delibere sobre a matéria;
- VIII. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Companhia e aos Debenturistas nos termos das Cláusulas 6.28 acima; e
- IX. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

8.4 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nessa qualidade:

I. receberá uma remuneração:

- (a) correspondente à parcelas anuais de R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais) por ano, devida pela Companhia durante a vigência das Debêntures, sendo a primeira parcela da remuneração devida no 5º (quinto) Dia Útil contado da data de assinatura desta Escritura de Emissão, e as demais parcelas sempre no mesmo dia dos anos subsequentes;
- (b) reajustada anualmente, desde a data de pagamento da primeira parcela anual, pela variação do IGPM/FGV, ou pelo índice que eventualmente o substitua, calculada *pro rata temporis*, se necessário;
- (c) acrescida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, a Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS, a



DIRETORIA JURIDICA
GISELE
DAIANA
MACIEL

25 JUN 13 903428



REGISTRADO E MICROFILMADO

- (d) locomoções entre cidades e Estados e respectivas hospedagens e alimentações, quando necessárias ao desempenho das funções e desde que razoáveis; e
- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

III. poderá, em caso de inadimplência da Companhia no pagamento das despesas a que se refere o inciso II acima por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão, sempre que possível, ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Companhia, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, (a) incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração, podendo o Agente Fiduciário solicitar, inclusive, garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência; e (b) excluem os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação; e

IV. o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não

Handwritten signature



25 JUN 13 903428

27 JUN 2013

tenha sido saldado na forma prevista no inciso III acima será acrescido à dívida da Companhia, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

8.5 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- II. custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, que não as especificadas nesta Escritura como de responsabilidade da Companhia e/ou do Debenturista, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- III. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos seus próprios bens;
- IV. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- V. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- VI. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para sanar eventuais omissões, falhas ou defeitos de que tenha tido conhecimento;
- VII. promover nos competentes órgãos, caso a Companhia não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e as averbações de seus eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da incorrência da Companhia no descumprimento de obrigação não pecuniária;



27 JUN 2013

- VIII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- IX. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- X. solicitar, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Companhia, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública;
- XI. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Companhia;
- XII. convocar, quando necessário, assembleia geral de Debenturistas nos termos da Cláusula 9.3 abaixo, e enviar à CVM e à CETIP, na data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à assembleia geral de Debenturistas tão logo tome ciência da mesma;
- XIII. comparecer à assembleia geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XIV. elaborar e colocar à disposição relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, que deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia;
 - (b) alterações estatutárias da Companhia ocorridas no período;

25 JUN 13 903428

27 JUN 2013

REGISTRADO E MICROFILMADO
PROV. SANEAMENTO

- (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Companhia;
 - (d) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) resgate, amortização e pagamentos de juros realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Companhia;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Companhia;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Companhia, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Companhia;
 - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário; e
 - (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Companhia, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo econômico da Companhia em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), da Instrução CVM 28, indicando: (a) denominação da companhia ofertante; (b) valor da emissão; (c) quantidade de debêntures emitidas; (d) espécie; (e) prazo de vencimento das debêntures; (f) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e (g) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- XV. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XIV acima até 30 de abril de cada ano ao menos na sede da Companhia, no escritório



[Handwritten signature]

f 4

25 JUN 13 903428



REGISTRADO E MICROFILMADO
CAPITAL - RJ

do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado, na CVM, na CETIP e na sede do coordenador líder;

- XVI. divulgar as informações referidas no item (j) acima em sua página na Internet tão logo delas tenha conhecimento;
- XVII. publicar, às expensas da Companhia, nos termos da Cláusula 6.28 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XIV acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XV acima;
- XVIII. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Companhia, o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário, e a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Companhia e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário, e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- XIX. coordenar o resgate das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura de Emissão;
- XX. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Companhia, informado prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas; e
- XXI. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou, conhecimento, de qualquer inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



25 JUN 13 903428

REGISTRADO E MICROFILMADO



proteger os interesses da comunhão dos Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada à Companhia, à CVM e à CETIP;

27 JUN 2013

- XXII. disponibilizar o Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, aos investidores e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou seu *website*.
- 8.6 No caso de inadimplemento, pela Companhia, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos previstos na Cláusula 6.12 acima, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:
- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
 - II. requerer a falência da Companhia se não existirem garantias reais;
 - III. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
 - IV. representar os Debenturistas em processo de falência ou recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Companhia.
- 8.6.1 Observado o disposto nas Cláusulas 6.12, 6.13, 6.15, 6.16 e 6.17 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 8.6 acima, incisos I, II e III, se, convocadas as assembleias gerais de Debenturistas, estas assim o autorizarem por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese da Cláusula 8.6 acima, inciso IV, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação.
- 8.7 O Agente Fiduciário, declara ainda que na data de assinatura desta Escritura de Emissão e conforme organograma encaminhado pela Emissora, presta serviços de agente fiduciário na 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória



25 JUN 13 903428

27 JUN 2013

REGISTRADO E MICROFILMADO

adicional, em série única, da Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. ("1ª Emissão da TP Norte"), com vencimento em 20 de dezembro de 2014, em que foram emitidas 800 (oitocentas) debêntures, no valor de R\$800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplimento. Na data da emissão, as debêntures da 1ª Emissão da TP Norte são garantidas por garantia fidejussória das Garantidoras, conforme previsto na escritura de emissão.

9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

- 9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.
- 9.2 As assembleias gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM.
- 9.3 A convocação das assembleias gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 6.28 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.
- 9.4 As assembleias gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.
- 9.5 A presidência das assembleias gerais de Debenturistas caberá aos Debenturistas eleitos por estes próprios ou àqueles que forem designados pela CVM.
- 9.6 Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.6.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas



M 4



25 JUN 13 903428



REGISTRADO E MICROFILMADO
NO JORNAL DE COMÉRCIO - RJ

dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação.

27 JUN 2013

9.6.1 Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.6 acima:

- I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
- II. as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, (a) desta Cláusula e/ou de qualquer dos quoruns previstos nesta Escritura de Emissão; (b) da Remuneração; (c) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (d) do prazo de vigência das Debêntures; (e) da espécie das Debêntures; (f) da criação de evento de repactuação; (g) das disposições relativas ao Resgate Antecipado Obrigatório; ou (h) de qualquer Evento de Inadimplemento, (i) de qualquer disposição acerca das Garantias.

9.7 Para os fins desta Escritura de Emissão e de constituição de quorum, "Debêntures em Circulação" significam todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria ou pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Companhia; (ii) a qualquer controladora, direta ou indireta, da Companhia; (iii) a qualquer Controlada; ou (iv) a qualquer diretor, conselheiro, cônjuges, companheiro, nos termos da legislação em vigor, ou parente até o 3º (terceiro) grau de qualquer das pessoas referidas nos itens anteriores.

9.8 Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia nas assembleias gerais de Debenturistas.

9.9 O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.10 Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.



[Handwritten signature]

25 JUN 13 903428



27 JUN 2013

REGISTRADO E MICROFILMADO
CIVIL - RJ

9.11 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

9.12 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

10. DECLARAÇÕES DA COMPANHIA E DAS GARANTIDORAS

10.1 A Companhia e as Garantidoras neste ato declaram que, na data de assinatura desta Escritura de Emissão:

- I. são sociedades devidamente organizadas, constituídas e existentes sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- II. estão devidamente autorizadas a celebrar esta Escritura de Emissão, a emitir as Debêntures, a prestar a Fiança, e a cumprir com todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- III. as pessoas que as representam na assinatura desta Escritura de Emissão e das Debêntures têm poderes bastantes para tanto;
- IV. esta Escritura de Emissão, as Debêntures e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Companhia e das Garantidoras, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. a celebração e os termos e condições desta Escritura de Emissão, das Debêntures, da Fiança, e o cumprimento das obrigações aqui previstas.



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 300



25 JUN 13 903428

27 JUN 2013

bem como a Oferta, (i) não infringem seus estatutos sociais; (ii) não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Companhia e/ou as Garantidoras sejam partes; (iii) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Companhia e/ou das Garantidoras; e (iv) não resultarão em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes instrumentos; (b) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Companhia e/ou das Garantidoras; ou (c) rescisão de qualquer destes instrumentos;

- VI. as informações prestadas pela Companhia, por ocasião do pedido de registro na CETIP, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, responsabilizando-se a Companhia por qualquer quebra, inveracidade ou imprecisão em suas informações;
- VII. não há outros fatos relevantes em relação à Companhia, às Garantidoras ou às Debêntures não divulgados cuja omissão, no contexto da Oferta, faça com que qualquer declaração seja enganosa, insuficiente, incorreta ou inverídica;
- VIII. estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- IX. exceto pelas obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não tenha ou possa ter um efeito adverso relevante na capacidade de pagamento, pela Companhia e Garantidoras, das Debêntures, estão em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;
- X. inexistente (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos desta alínea, além daqueles



[Handwritten signature]

25 JUN 13 903428



REGISTRADO EM MICROFILMADO

mencionados nas Demonstrações Financeiras; (i) que possa vir a causar impacto adverso relevante na Companhia e Garantidoras, em sua condição financeira ou outras, ou em sua atividade; ou (ii) visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão ou as Debêntures;

- XI. nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora e/ou Garantidoras de suas obrigações nos termos da presente Escritura ou das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto aprovação concedida pela ANEEL para outorgada da Fiança pela Copel;
- XII. não têm conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- XIII. não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário, que o impeça de exercer, plenamente, suas funções com relação a essa Emissão;
- XIV. não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral ou inquérito do qual tenha sido citada ou intimada que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora ou em sua condição financeira em prejuízo dos Debenturistas;
- XV. não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração adversa de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Investidores Qualificados das Debêntures.
- 10.2 A Companhia obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios razoáveis) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade, inconsistência, imprecisão,



[Handwritten signature]

25 JUN 13 903428

REGISTRADO E MICROFILMADO

27 JUN 2013

incompletude, insuficiência ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima.

10.3 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.2 acima, a Companhia obriga-se a notificar em até 1 (um) Dia Útil o Agente Fiduciário caso qualquer das declarações aqui prestadas seja inverídica, incorreta ou incompleta na data em que foi prestada.

11. DESPESAS

11.1 Correrão por conta da Companhia todos os custos incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures e de suas garantias, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e demais prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 As obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.

12.2 Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.

12.3 A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes se obrigam a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.



25 JUN 13 903428

27 JUN 2013

REGISTRADO E MICROFILMADO

- 12.4 Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.
- 12.5 As partes reconhecem esta Escritura de Emissão e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil.
- 12.6 Para os fins desta Escritura de Emissão, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 621 e 632 do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.
- 12.7 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Companhia, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Companhia. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.
- 12.8 A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada, desta Escritura de Emissão, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional.

13. FORO

25 JUN 13 903428

REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

27 JUN 2013

- 13.1 Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 6 (seis) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também a assinam.

Rio de Janeiro, 12 de junho de 2013.

(As assinaturas seguem nas 5 (cinco) páginas seguintes.)

(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Dandara, 100

25 JUN 13 903428

REGISTRO E MICROFILMADO

27 JUN 2013

Página de Assinatura 1/5 - Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única da Primeira Emissão da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

GUARACIABA TRANSMISSORA DE ENERGIA (TP SUL) S.A.

Nome: Francisco Hopker
Cargo: **Francisco Hopker**
CTO - Diretor Técnico

Nome: Marcos Freitas de Sousa
Cargo: **Marcos Freitas de Sousa**
Diretor Presidente

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firme Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800
Reconheço por semelhança as firmas de: MARCOS FREITAS DE SOUSA
FRANCISCO ROBERTO HOPKER (Cod: 022829862580)
Rio de Janeiro, 19 de Junho de 2013. Conf. por: _____
Em testemunho _____ da verdade.
Paulo Sérgio Rodrigues Braga - Aut.

Serventia
36% TJ+P
Total



REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES
5º OFÍCIO

25 JUN 13 903428

3º SRTD

374675

27 JUN 2013

Página de Assinatura 2/3 - Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única da Primeira Emissão da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS

Nome: 
Cargo: Marco Aurélio Machado Ferreira
Diretor

2 Serviço Notarial RJ- Tabelião ADILSON WAGNER FIRMINO
ESTRADA DOS BANDEIRANTES 209-TAQUARA- TEL 3342-8163 Nº:130620061614
Reconheço por semelhança a firma de: MARCO AURELIO MACHADO FERREIRA,
a qual confere com o padrão arquivado em Cartório.
Valores Rio de Janeiro, 20 de Junho de 2013.
Firma.....R\$ 4.09 Em testemunho _____ da veracidade
Proc.dados.....R\$ 1.45
Total.....R\$ 5.54

ESCREVENTE- ALBERTO MARQUES DOS SANTOS



25 JUN 13 903428

27 JUN 2013

Página de Assinatura 3/5 - Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única da Primeira Emissão da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A.



Nome: Cai Hongxian
Cargo: President & CEO



Nome: Lv Shirong
Cargo: Vice President

79

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800
Reconheço por semelhança as firmas de: HONGXIAN CAI e SHIRONG LU
(Cod: 022B2F8B003D)

Rio de Janeiro, 20 de junho de 2013. Conf. por _____
Em testemunho _____ da verdade. Servente
36% T.F.FUNDOS

Luiz Claudio Gonçalves dos Santos - Aut. Total

7.94
12.73
CARTEIRO 1017º
Luiz Claudio Gonçalves dos Santos
Escritor
CAD / CGJ nº 94.10257
Art. 20 § 3º Lei 8.935/94
OFÍCIO DE NOTAS - RJ

SELO DE FISCALIZAÇÃO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA - RJ
RECONHECIMENTO DE FIRMAS
POR SEMELHANÇA
RJK 1ATC
SH010935
ZUD
SH010936
OFÍCIO DO 17º
Luiz Claudio Gonçalves dos Santos
Escritor
CAD / CGJ nº 94.10257
Art. 20 § 3º Lei 8.935/94
OFÍCIO DE NOTAS - RJ

SGBH
JURÍDICO

25 JUN 13 903428

27 JUN 2013

Página de Assinatura 4/5 - Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única da Primeira Emissão da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

Nome: **JAIME DE OLIVEIRA KUHN**
Cargo: **Diretor Presidente**
Copel Geração e Transmissão

Nome: **Jorge Andriguetto Junior**
Cargo: **Diretor de Engenharia**

Cartório
Guimarães
de Macedo

15º Tabelionato de Notas - 3º Registro Civil
Rua José Loureiro, 711 - Shopping Itália - Centro
CEP: 80010-000 - Curitiba - Paraná
Fone/Fax: (41) 3027-0405 / 3027-0175 / 3027-0175

Reconheço por SEMELHANÇA as assinaturas de **JAIME DE OLIVEIRA KUHN** e **JORGE ANDRIGUETTO JUNIOR** *0039*
FCF6TVFGF-95196A-11*. Dou fé,
Curitiba, 18 de junho de 2013 - 14:41:24h
Em Teste da Verdade
Márcia Colação Batista - Escrevente
Custas: R\$6,12; Selo: R\$0,47

TABELIONATO DE NOTAS
ESL45991

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
5º OFÍCIO

3º SRTD
374675

25 JUN 13 903428

27 JUN 2013

Página de Assinatura 5/5 - Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única da Primeira Emissão da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Testemunhas:

Ricardo Mendes Malta

Nome: RICARDO MENDES MALTA

CPF/MF: 070576066-99

Hsya MTD IUI

Nome: HSYA MTD IUI

CPF/MF: 053329617-07



5º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Av. Rio Branco, 109 Gr. 202 - Rio de Janeiro - Tel. 2507-5197
Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de Protocolo e data declarados à margem. O QUE CERTIFICO.

☐ Durval Hale
Oficial Titular
Ato Exec. 1856/08 Tj

☐ Aurora I. Hale
1º Escrevente Substituto
CTPS 40371 Série 121

☐ Paulo André M. da Costa
2º Escrevente Substituto
CTPS 8201 Série 083

☐ Fabiano Alves Barbosa
3º Escrevente Substituto
CTPS 013782 Série 91

2º Ofício Distribuidor de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas - Curitiba - PR
Nilo Ubirajara de Souza Sampaio - Titular

DISTRIBUÍDO SOB Nº 71-9051
AO 3º OFÍCIO

CUSTAS

Lei Estadual nº 11960/97, Tabela XVI-Distrib I, II, III, IV e nota 2:
Cobrança selo em cumprimento ao Ofício do FUNARPEN VRCs 0 141

DISTRIBUIÇÃO (70 VRCs) R\$ 10,81

LAVERBAÇÃO (26 VRCs) R\$ 4,01

SELO R\$ 1,34

Curitiba, 27/06/2013



SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

Rua Ébano Pereira, 60 - 21º andar - conj. 2105 - Fone (041) 3213-3267 - CEP 80.410-902 - Curitiba - PR

Eniete Ellana Scheffer Nicz - Titular

E-mail: tercelrosrd@ig.com.br

[Handwritten signature]

